

## **PROCESSO DE TRANSIÇÃO DO PERÍODO DA DITADURA PARA “NOVA REPÚBLICA”, PAUTADO EM UMA “CONCILIAÇÃO PELO ALTO”.**

SUZANE CONCEIÇÃO PANTOLFI TOSTES\*.

Este artigo é fruto das primeiras reflexões e discussões pautadas no 1º capítulo da dissertação, que está em processo de construção. Nosso objetivo nesse trabalho é discutir o papel do Estado, enquanto aparelho político, que foi alvo de disputas entre as frações da classe burguesa no processo de transição do Regime Civil Militar (1964-1985) para a chamada “Nova República”.

Para abranger as constatações acerca dos conflitos entre as classes sociais na década de 80 no Brasil é preciso entender como se configurou a relação econômica, política e social no período da Ditadura Civil Militar (1964- 1985).

O regime chamado de Ditadura Civil Militar no Brasil é instaurado em 1964, através de um golpe militar que obteve o apoio de setores da fração da classe burguesa como: empresários, banqueiros assim como o apoio das classes médias. Reforçando essa colocação de como ocorreu o golpe de 64, Sonia Regina de Mendonça afirma:

*“O golpe de 1964 correspondeu, portanto, à redefinição do pacto do poder no país. Sua articulação originou-se numa primorosa composição entre dois segmentos básicos – os militares e o empresariado industrial – manifestada institucionalmente no “complexo” Escola Superior de Guerra (ESG) – Instituto de Pesquisa Econômico – Social (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Aliando os princípios da doutrina da segurança nacional à sólida campanha de mobilização da opinião pública contra o “comunismo”, a ação destes organismos logrou produzir o clima propício ao 31 de março, bem como capitalizar o apoio e a legitimidade de outros setores sociais alheios ao pacto (como as classes médias, por exemplo).” (MENDONÇA, 1986, P.88-89)*

Ou seja, o momento da tomada de “poder” no período da Ditadura pelos militares com o apoio fortemente dos empresários através de suas organizações configurou a conquista do Estado na tentativa de consolidar o “poder” hegemônico. A expectativa dos empresários industriais brasileiros era dar continuidade ao projeto nacional- desenvolvimentismo no Brasil, através da industrialização e da expansão capitalista. Para que fosse possível o convencimento das demais classes sociais a

---

\* Mestranda do Programa de Pós – Graduação de História , Poder e Práticas Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Bolsista CAPES. Este texto é parte integrante do primeiro capítulo da dissertação em andamento.

“necessidade” da instauração do regime militar, as organizações representativas das frações da classe burguesa, ou melhor, dizendo dos empresários industriais, passaram a disseminar que era preciso se proteger do perigo comunista. Assim como era preciso investir na economia como diziam que para o Brasil se tornar um país “moderno”. O que pudemos perceber é que os institutos criados pelos empresários industriais foram os grandes articuladores das ideologias disseminadas às outras frações da classe burguesa, para que houvesse um apoio maior ao golpe militar em 64.

Além dos institutos criados por frações da classe burguesa na consolidação da conquista do aparelho do Estado, outros sujeitos que tiveram grande participação nesse processo foram as Forças Armadas. Pois foram os militares que realizaram o Golpe Militar. Esses só realizaram esse golpe, pois partilhavam do mesmo projeto político que as frações da classe burguesa. Segundo Eliezer o projeto político dos militares consistia em: *“O primeiro ponto de importância nos fundamentos ideológicos acerca do capital é a defesa intransigente da sociedade capitalista. De outro lado, os objetivos claramente enunciados da DSN a vinculam ao preparo e articulação política das elites (OLIVEIRA, 1978, P. 41).”* Ou seja, o autor deixa claro que as funções e objetivos das organizações militares era a defesa da sociedade capitalista, além de articulação política das elites.

As práticas capitalistas adotadas pelo governo militar para realização do projeto político por eles defendido, foi à expansão da industrialização no país, através da entrada das multinacionais. Para isso foi preciso à intervenção do Estado com as verbas para realização de investimentos para atrair as grandes corporações, donas das multinacionais a se instalarem no Brasil.

Esse processo de investimentos tanto do Estado, como investimentos oriundos de empréstimos com o FMI (Fundo Monetário Internacional) e outros lugares de aquisição de capital externo, contribuíram para o desenvolvimento dos setores industriais no país. Mas é imprescindível lembrar que as medidas de intensificação e exploração da classe trabalhadora durante os anos da ditadura, foram de grande importância para que o Estado investisse recursos nas questões voltadas à expansão da economia brasileira. Para reforçar essa idéia Sônia Regina de Mendonça atenta para:

*“A “pedra de toque” da recessão dos anos 60- isto é, a “fórmula mágica” do funcionamento interno da acumulação – foi, uma vez mais, o velho remédio do arrocho salarial. Afinal, as vias típicas de superação das crises capitalistas são a intensificação da exploração do trabalho e a própria*

*concentração de empresas e capital. No caso brasileiro, a classe trabalhadora- desestruturada enquanto força política e sem lideranças combativas – sofreria uma perda expressiva de seu salário real entre 1964 e 1967. Devido à lentidão com que se elevavam os níveis do salário mínimo, relativamente aos preços e à produtividade, a concentração salarial funcionou como uma técnica de confisco. Com isso, o governo favorecia a concentração da renda, ou seja, a reprodução do capital. (MENDONÇA, 1986, p.92)”*

Como vimos à autora afirma que foram os trabalhadores que sofreram com a crise econômica e com a expansão da industrialização e consolidação das práticas capitalistas, pois tiveram seus salários corroídos pelos arrochos salariais.

O período de expansão da industrialização e da economia brasileira foi interrompido e/ou prejudicado por causa da crise do petróleo em meados da década de 70 que afetou o país. O Brasil estava vinculado às práticas do Sistema Capitalista, ou seja, dependendo economicamente e tendo suas políticas norteadas pelo capital. A economia brasileira passou a ficar ainda mais refém das oscilações do mercado internacional. Em decorrência dessa prática e dependência o Brasil com a crise do Petróleo, foi afetado principalmente a economia interna, pois necessitava gastar mais recursos para manter o funcionamento das indústrias e de todos os setores econômicos do Brasil.

Paralelo a crise econômica vivenciada pelo país, ocorreu a mudança de governo, Geisel (1974-1979) foi eleito tendo como objetivo conduzir o processo de transição de forma lenta, gradual e segura, como afirmava os militares.

Dentro do período de governo de Geisel, o destaque é voltado mais precisamente para as reformas institucionais. Pois as reformas e outras medidas aprovadas pelo governo militar nesse período denominado de transição, como resultado de pressões entre a classe trabalhadora e a oposição burguesa que faziam oposição ao regime. Os conflitos entre a classe trabalhadora e a oposição burguesa ao regime ditatorial serviam para prorrogar um pouco mais a permanência dos militares à frente do governo brasileiro. Neste contexto, o governo militar estava pressionado pelas reivindicações pautadas pelas classes trabalhadoras, bem como reivindicações específicas de setores das frações burguesas.

As reformas institucionais decretadas em 1978, extinguiram alguns Atos Institucionais implementados no período da Ditadura. Os Atos Institucionais foram

implantados durante o período da ditadura com o objetivo segundo as Forças Armadas de manutenção da ordem no país.

As reformas institucionais decretadas pelo governo militar, colocaram fim ao AI's 5 que era um dos atos que mais concediam poderes aos militares contra os civis (no caso principalmente a classe trabalhadora). Isso porque segundo o autor Bernardo Kuncinski, (na obra O fim da ditadura), decretava pena de morte, banimento e prisão perpétua, suspensão de direitos políticos, cassações de mandatos. Porém foi imprescindível que muitas leis continuassem ainda em vigência, para manutenção da ordem, mesmo que as mobilizações eram em prol da extinção de todos os atos institucionais.

Como é o caso do movimento pela anistia, que gerou muita mobilização de muitas pessoas. A mobilização teve início com os protestos de familiares de pessoas que haviam sido presas e que não mais se sabia notícias. Ou seja, havia “desaparecido”, os militares não davam informações, sobre essas pessoas.

A manifestação e mobilização da anistia foram longas até o governo militar conceder em 1979, contudo a decretação da anistia foi marcada por varias ressalvas por parte dos militares, com a intenção de beneficiar os militares que participaram das prisões e foram responsáveis pelas sessões de tortura com as pessoas presas. Através dessa medida o governo militar conseguiu “abafar” os casos de tortura e morte realizados pelos militares.

O discurso realizado pelo governo militar servia mais com a intenção de acalmar os setores descontentes com as medidas políticas tomadas pelo governo. Ou seja, realizou algumas reformas institucionais para conter os vários movimentos que estavam acontecendo naquele período em contestação ao regime. O que se percebe com as reformas implantadas pelos militares é que o objetivo deles era aparentar a impressão de que estavam favorecendo a partir destas medidas e reformas a garantia do retorno da democracia.

Paralelamente a esse processo de mobilização da campanha pela anistia e a aprovação do projeto restrito de anistia, intensificavam-se as greves e reivindicações dos metalúrgicos do ABC paulista. A classe trabalhadora como um todo vivenciou profundamente a crise do chamado “milagre econômico”, através da intensificação da exploração nas linhas de produção, juntamente com o arrocho salarial.

A crise econômica vivenciada pelo Brasil na década de 70 trouxe algumas mudanças nas formas de investimentos no setor da economia. Como nos apresenta Sônia Regina de Mendonça:

*“A crise do “milagre” foi marcada por duas peculiaridades: tratou-se de uma crise de endividamento e de uma crise de esgotamento do fôlego do Estado na manutenção do ritmo do crescimento. A existência de empresas estrangeiras ocupando lugar de relevo na economia do país criara um nexo com o exterior de grande peso na formação desta crise. As multinacionais importavam muitos insumos básicos e bens de capital gerando um déficit na Balança Comercial. Ao mesmo tempo, como remetiam os lucros aqui realizados, geravam uma evasão de divisas onerosa para o Balanço de Pagamentos. O mediador nesta transação triangular entre exterior - multinacionais - exterior era o Estado, o grande tomador das divisas que alimentavam o circuito. (MENDONÇA, 1986, P. 100)”*

Essa situação intensificou o aumento da inflação e isso gerou a desvalorização do valor real dos salários dos trabalhadores, assim como o Estado precisou recorrer aos empréstimos do FMI com mais frequência e precisando cada vez mais altos valores, para conseguir manter um equilíbrio na economia do país.

As organizações dos movimentos sociais na década de 70 surgiram em égide da grande força política que detinham as Forças Armadas durante o regime civil ditatorial. Um autor que trabalhou sistematicamente sobre o surgimento dos movimentos sociais no Brasil na década de 70 foi Eder Sader (em sua obra “Quando Novos Personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980, publicado pela editora Paz e Terra no ano de 1989, como resultado da Tese de Doutorado) e o mesmo nos afirmar que:

*“Ao observarmos as práticas desses movimentos, nós nos damos conta de que eles efetuaram uma espécie de alargamento do espaço da política. Rechaçando a política tradicionalmente instituída e politizando questões do cotidiano dos lugares de trabalho e de moradia, eles “inventaram” novas formas de política (SADER, 1989, p. 20).”*

Ou seja, os movimentos sociais surgidos no período da década de 70 passaram a transformar seus espaços e momentos do cotidiano em espaços de debates sobre os problemas enfrentados em seus empregos e a falta de assistência em seus bairros. A partir desses momentos de troca de experiência, de análise e questionamento sobre os problemas enfrentados, passaram a se organizarem e reivindicarem melhorias.

O novo sindicalismo se caracterizou pela tentativa de organização dos trabalhadores que entendiam o sindicato como um espaço para debater, analisar a situação em que estavam sujeitos ao trabalho. Neste espaço discutiam questões que afetavam diretamente o conjunto da classe operária. Vislumbravam no sindicato a representatividade necessária para lutarem em prol das necessidades e imporem essas reivindicações aos patrões.

Foram formas encontradas pelos metalúrgicos para reivindicarem suas necessidades em prol de melhorias nas condições de trabalho, aumento de salários, luta pela desburocratização dos sindicatos ao Estado, que se dava pela indicação da direção pelo governo, pessoas que deveriam ocupar os cargos dos sindicatos.

Todos esses elementos abordados a cima sobre o “novo sindicalismo”, são com base na discussão da obra de Eder Sader, já mencionada anteriormente.

Foram através desta organização dos trabalhadores e deste contexto de disputa de projetos políticos, que no ABC paulista no ano de 1978 ocorreu as maiores greves com adesão de muitos metalúrgicos e a conquista de aumento de salários, melhores comidas nos refeitórios das industriais, o pagamento dos dias de greve, não demissão dos líderes sindicais, por exemplo.

Ocorreu uma expansão das greves para outros segmentos da classe trabalhadora. Na tentativa do governo de conter essa situação, houve uma proposta de reajuste salarial através de uma lei para compensar a alta da inflação assim como a tentativa de frear o aumento do número de greves. Essa medida não foi bem sucedida, pois os setores da classe trabalhadora que possuíam uma organização mais consistente continuaram realizando greves.

Outra tentativa do governo para desarticular a classe trabalhadora e a oposição burguesa, foi através da aprovação do projeto de Anistia, que teria como possibilidade o retorno ao país de líderes políticos de esquerda. Com o intuito de rachar o MDB, que no caso representava a oposição burguesa, e assim conseguir desmobilizar o foco de luta do partido, o Governo Militar desarticulou o partido com uma proposta pluripartidarista, esta proposta simpática gerava indícios de que o governo estava avançando na reabertura política com vias democráticas. No entanto, a reabertura política conciliava com o interesse de o projeto militar, a fragmentação da oposição, por exemplo. Nessa

perspectiva o governo incentivou que ocorresse a formação de outros novos partidos o que já era garantido pelas reformas institucionais decretadas em 1978.

O objetivo dos militares com a reforma partidária era proibir que a classe trabalhadora conquista-se espaço representativo na política. Pois essa inserção poderia causar transtornos e dificuldades ao encaminhamento da reabertura política na perspectiva dos militares, haja vista que, as organizações dos trabalhadores acelerariam o processo e tiraria o controle dos militares.

Os militares realmente conseguiram a fragmentação do MDB, já que foi o partido que mais se dividiu e constituiu novos partidos. A fragmentação do MDB foi ocasionada devido as divergências políticas que existiam dentro do partido. Essas divergências eram conseqüências e/ou resultado das medidas originadas no início da ditadura civil militar que havia extinto todos os partidos de esquerda (para os militares esses partidos eram considerados partidos perigosos, pois compartilhavam de idéias socialistas). Então foi criado durante o regime civil militar o partido MDB (Movimento Democrático Brasileiro) como único partido considerado legal, que passou a aglutinar varias tendências da oposição burguesa e alguns setores da classe trabalhadora. Houve a reconstituição de antigos partidos de oposição que já existiam antes da ditadura. Como também a constituição de 4 partidos de oposição sendo eles: o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro); o PDT (Partido Democrático Trabalhista); o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e o PT (Partido dos Trabalhadores). Já o ARENA foi dividido em apenas dois partidos, sendo eles; o PDS (Partido Democrático Socialista) e o PP (Partido Popular).

Paralelamente a esse processo de construção de novos partidos que ocorreu entre os anos de 1979 a 1981, houve um acirramento da crise conjuntural no país. O Brasil recorreu aos empréstimos do FMI (Fundo Monetário Internacional), isso gerou um aumento da inflação e conseqüentemente a desvalorização dos valores reais dos salários, gerando um arrocho salarial ainda maior para os trabalhadores. As greves no país continuavam, mesmo que entre os primeiros anos da década de 80 houvesse tido uma queda no número de greves no país, por causa da medida de política salarial do governo segundo David Maciel.

Em 1982 ocorreram as primeiras eleições diretas para deputados, senadores e governadores de Estado (nem todos os Estados tiveram eleições diretas), mas com

alguns empecilhos impostos pelos militares para proporcionar maior vantagem e chance do PDS ganhar na maioria dos Estados. As determinações eram que cada partido para concorrer às eleições teriam que ter candidatos para todos os cargos em cada Estado.

Apesar dos empecilhos postos para dificultar a participação e um bom empenho dos partidos de oposição, o resultado foi positivo aos partidos da oposição. Já que tiveram grandes conquistas nas eleições e assim conseguiram aumentar o número de representantes dos partidos oposicionistas no Congresso. David Maciel sobre esse assunto diz:

“(...) o aumento da bancada oposicionista no Congresso Nacional permitiu que este ampliasse sua autonomia diante do Executivo federal, mesmo sob as limitações impostas pela institucionalidade autoritária reformada, configurando o fortalecimento da esfera de representação política. O fato de o PDS não poder mais aprovar sozinho os decretos governamentais ou emendar a constituição possibilitou ao Congresso exercer um papel mais ativo, como até rejeitar medidas do governo. (...)” (MACIEL, 2004, pág.290)

Ou seja, com o aumento dos representantes políticos de oposição ao governo militar no Congresso, cresceu a chance de conseguirem vetar emendas, projetos encaminhados pelo PDS, isso é uma prova de como a representação combativa da oposição se efetivou no Congresso naquele período.

Após esse processo de eleições em 1982, outro fato que teve grande repercussão durante o processo de transição da Ditadura para a “Nova República”, foi à campanha pela Diretas Já encabeçada por alguns partidos de oposição burguesa ao governo e alguns setores da classe trabalhadora que tinham como reivindicação as eleições diretas para presidente em 1985.

A campanha das Diretas Já teve como atividade o envio de uma emenda ao Congresso para passar por votação. A emenda tinha o nome de Emenda Dante de Oliveira (colocar nota de roda pé pra explicar quem é Dante) que foi encaminhada ao Congresso no ano de 1983. As manifestações em torno das “Diretas Já” tiveram repercussão nacional no ano de 1984, realizando várias manifestações pelo país. David Maciel refere-se à importância atribuída para os setores de esquerda a realização das eleições diretas em 1985, afirmando que:

*“(...) Para os setores políticos e sociais vinculados à oposição antiautocrática, a realização das eleições diretas para presidente carregava a perspectiva de viabilização de um governo democraticamente eleito, porém comprometido com a reversão do modelo econômico e com a eliminação da institucionalidade autoritária reformada em todos os seus aspectos, articulando organicamente as dimensões política e econômica da luta antiautocrática. (...)” (MACIEL, 2004,pág.300)*

Porém o Congresso Nacional conteve a campanha da “Diretas Já”, através da reprovação da Emenda Dante Oliveira e a aprovação da Emenda Figueiredo que foi enviada pelo governo ao Congresso. Essa emenda prorrogava as eleições diretas para presidente somente no ano de 1988. David Maciel afirma sobre esse episódio dizendo que:

*“No dia 25 de abril de 1984, a principal tentativa de ruptura com a institucionalidade autoritária reformada era derrotada, e o governo militar exercia pela última vez sua capacidade de direção da arena da disputa política. O caráter popular e de massas da campanha das Diretas Já não impediu que a institucionalidade autoritária reformada a derrotasse, canalizando a perspectiva antiinstitucional que aquela carregava para a arena de disputa definida institucionalmente. (...)” (MACIEL, 2004, pág. 305)*

Ou seja, o autor David Maciel faz uma análise sobre o processo das “Diretas Já”, afirmando que os militares conseguiram mais uma vez derrotar a manifestação da oposição, que tinha como objetivo por fim a institucionalidade autoritária reformada do período da Ditadura. Os militares bloquearam as iniciativas de democracia requerida por setores da classe trabalhadora e pela oposição burguesa que compunham a campanha pelas “Diretas Já”, porque contaram com o apoio das frações do bloco no poder assim como os membros do partido do PSD.

Com a derrota da campanha das “Diretas Já”, começou-se a organização da composição dos partidos para lançarem seus representantes na disputa das eleições indiretas para presidente que iriam ocorrer em janeiro de 1985 pelo Colégio Eleitoral.

O PMDB lançou o nome do político Tancredo Neves e a partir desse momento começou a negociar com outros partidos a possibilidade de apoio ao candidato escolhido pelo PMDB. Por conta dessa intenção de conseguirem apoiadores a Tancredo Neves, foi criada a Aliança Democrática, que tinha por objetivo assegurar a colaboração de partidos, bem como de diversos setores da sociedade. Por meio dessa Aliança Democrática o discurso que faziam era de que com a vitória de Tancredo Neves o país sairia do período da Ditadura e passaria as vias democráticas.

O movimento da Aliança Democrática ganhou força ao logo da campanha, como afirma David Maciel: “*Em setembro, mês em que Geisel definiu-se por Tancredo Neves, apoio a este chegava à metade dos membros do Alto Comando do Exército.*” (MACIEL, 2004, pág.315). Além dos apoios que a Aliança democrática conseguiu obter através de conversas e até mesmo por adesão à proposta do movimento, houveram também acordos realizados e negociações como David Maciel afirma dizendo:

*“Já o ministro Walter Pires encontrou-se com Tancredo Neves diversas vezes entre agosto e dezembro de 1984, para negociar a indicação de diversos cargos militares no futuro governo, dando apoio à nomeação de Leônidas Pires Gonçalves para o ministério do Exército e, secretamente, sua nomeação para a embaixada brasileira em Lisboa, segundo depoimento do general Octávio Costa” (MACIEL, 2004, p. 317).*

Ou seja, a “certeza” de ganhar as eleições para presidente em janeiro de 1985 foi tamanha que até negociações sobre futuros cargos estavam em jogo para conseguir apoio. Essa forma de fechar acordos, realizados pelos membros da aliança Democrática nos apresenta a suas reais intenções: não era banir os militares e sim disputar projeto social para país.

Os acordos e alianças confirmadas em processo de campanha renderam ótimos frutos para Tancredo Neves e seus aliados, pois nas eleições indiretas do dia 15 de janeiro de 1985 saiu vencedores sobre o candidato do PSD, Paulo Maluf. Cumpria-se assim o processo de transição tão prometido pelos militares, porém os mesmos não abandonaram a presença dentro dos aparelhos do Estado, e a Constituição de 1967 foi a que ficou vigorando até 1988 (quando foi constituída a nova Constituição brasileira). Esse ponto sobre as leis que continuaram regendo o país é importante de ser debatido, haja vista que, mesmo tendo um civil a frente do governo do país, e com isso ter se voltado as “vias democráticas”, as leis que orientariam proporcionaria poderes ao presidente, estava pautada ainda na Constituição do período ditatorial. Será que realmente podemos chamar o processo após a ditadura de redemocratização?

O que podemos concluir ao analisar esse processo de transição do período da Ditadura para a “Nova República” pelo qual passou o país é que ocorreu na verdade um acordo entre as frações da classe burguesa e os militares, o processo tramitava através das eleições indiretas para presidente.

De acordo com a reflexão de Florestan Fernandes, esse período de transição vivenciado pelo país foi marcado pela “conciliação pelo alto”, entre as frações da burguesia que já ocupavam o bloco do poder, com os militares. Florestan Fernandes, afirma:

*“(...) a conciliação pressupõe a resistência à mudança e algo ainda mais complexo, que é a esterilização da mudança. Ela só endossa a mudança “neutral”, a mudança destituída de conteúdo reformista e revolucionário (mesmo que ela se origine da modernização imposta e controlada a partir de fora, pelo império central e pelas multinacionais).” (FERNANDES, 1986, p. 71).*

Ou seja, as frações da burguesia que compunham o bloco no poder não queriam uma mudança que se desdobrasse em uma transformação da sociedade, pois tinham receio do que poderia acontecer se caso as frações da classe trabalhadora ganhassem espaço político institucional.

Haja vista que, setores da classe trabalhadora, por meio de diversos movimentos sociais e organizações sociais reivindicavam a mudança da sociedade para que tivessem mais liberdades tanto de expressão, quanto política e pudessem e se sentissem representados nos aparelhos do Estado, garantindo melhorias nas condições de vida e de trabalho. Os sujeitos sociais que sofreram com a implantação do Regime Civil Ditatorial foram à fração da classe trabalhadora, pois teve seus espaços públicos reservados para lazer fechados, acirramento do controle policial nos locais públicos e privados. Os trabalhadores tiveram seus sindicatos destituídos de liberdade e autonomia reduzida, sofrendo intervenção militar não podendo mais expressar seus descontentamentos com relação ao serviço. Muitos bairros onde morava grande parte das frações da classe trabalhadora não dispunham do mínimo de infra-estrutura, faltando também creches, postos de saúde.

Outro fator que recaiu sobre a fração da classe trabalhadora, fazendo a padecer foi às altas taxas da inflação que eram constantemente elevadas, mas em contrapartida não havia um reajuste correto dos salários dos trabalhadores, ocasionava uma perda, uma desvalorização real do poder de compra dos salários recebidos pela classe trabalhadora, além disso, essa situação ocasionava um aumento do trabalho desenvolvido pelos operários que tinham que fazer horas extras para produzirem mais.

Mesmo com a vitória de um civil nas eleições indiretas para presidente em 1985, muitas coisas permaneceram ainda do período da Ditadura. Como por exemplo a permanência das frações da burguesia no bloco do poder, segundo David Maciel:

*“(...) Diante do bloco no poder, a legitimidade da autocracia burguesa foi reforçada por meio da ampliação da capacidade de representação direta de suas diversas frações no interior da sociedade política, garantindo sua recomposição em novas bases. Esse processo ocorreu tanto na esfera de representação política, com o fortalecimento dos partidos institucionais e do Congresso, quanto na esfera de representação burocrática, com o deslocamento dos militares da função cesarista de direção política do Estado e do bloco no poder para a função de tutela, permitindo a referida composição pelo alto.” (MACIEL, 2004, p. 319)*

Como podemos constatar através do historiador David Maciel as frações da burguesia que já compunham o bloco no poder ampliaram seus espaços de atuação e ficou a frente da direção do bloco no poder, que antes era feito pelos militares.

Os militares permaneceram com cargos dentro do novo governo, como “recompensa” pelo apoio conferido a Tancredo Neves, acordos feitos durante o processo que antecipava as eleições indiretas de 1985. David Maciel diz que com o processo de transição, o cesarismo militar foi destituído, porém transformado em tutela militar. Segundo referência de Eliézer R. de Oliveria utilizada por David Maciel, tutela militar significa:

*“(...) basear-se-ia numa relação de apoio político e, ao mesmo tempo, de indicação de diversos limites às políticas do governo. Segundo ele, os compromissos estabelecidos entre a Aliança Democrática e as lideranças militares eram a “preservação da definição constitucional que garante ao aparelho militar o direito de intervir na ordem interna; a indústria de armamentos seria igualmente preservada sob a orientação das Forças Armadas; preservação do programa nuclear paralelo; preservação da autonomia das Forças Armadas quanto à doutrina militar, à segurança nacional, à concepção estratégica e ao desenvolvimento tecnológico. Enfim, o preparo autárquico das Forças Armadas não seria alterado; não julgamento das Forças Armadas por seu envolvimento e suas responsabilidades na repressão política”. (MACIEL, 2004, p. 318).*

Ou seja, através da tutela, os militares garantiram liberdade política e de manutenção de suas atividades e programas de armamentos. Mais uma vez esses elementos nos dão respaldo para afirmar que não houve a constituição de uma Nova República democrática no país com as eleições de 1985, pois os militares continuaram intervindo a qualquer instante, além de terem assegurado muitos de seus privilégios.

Houve também a manutenção da Constituição do período do regime militar, represália policial às manifestações dos setores da classe trabalhadora, sendo consideradas ilegais as greves que realizavam.

Nesse sentido os trabalhadores não conseguiram conquistar seus anseios, suas bandeiras reivindicadas através dos vários movimentos sociais daquele período de transição do fim da ditadura para “Nova República”. Ou seja, os anseios da fração da classe trabalhadora eram liberdade de se expressarem sem serem reprimidos, poderem eleger seus representantes políticos, poderem votar em seus representantes de sindicatos. Conseguirem a construção de creches para seus filhos, para assim as mulheres poderem trabalhar, a instalação de postos de saúde nos bairros além do fornecimento pelo Estado da infra-estrutura necessária nos bairros onde moravam os trabalhadores.

Outro elemento que se destacou nesse processo de transição foi a questão da disputa das frações da classe burguesa em permanecerem a frente do comando dos aparelhos do Estado, e assim conseguirem implantar seus projetos sociais para a condução do país nos moldes do sistema capitalista. Haja vista que, a sociedade política era algo muito importante para as frações da burguesia, já que as mesmas precisam adquirir mais espaços e controle dos aparelhos de Estado para ampliarem e fortalecerem suas relações frente a economia do país e também para conseguirem implantar seu projeto social.

De acordo com Gramsci, o Estado é concebido como:

*“(...) organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis ( no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto. (...)”*  
(GRAMSCI, VOL.3, 2002,p.41-42)

Ou seja, partindo da definição de Estado problematizada por Gramsci, podemos identificar que o processo pelo qual passou o país denominado por Florestan Fernandes de “conciliação pelo alto”, foi à tentativa das frações da classe burguesa de construir condições para expandirem dentro dos aparatos de controle do Estado. Para que fosse

legitimados essas medidas as frações da classe burguesa, se utilizaram das manifestações dos setores da classe trabalhadora que reivindicavam o fim da ditadura, para que pudessem ter mais liberdades e também passaram a encabeçar essas bandeiras mas com outras conotações.

Já que o intuito das frações da burguesia era a manutenção da ordem e do sistema vigente, só lutavam pela troca das frações no comando do país dentro dos aparelhos de Estado. Nesse sentido é possível percebermos que o Estado não é um sujeito, nem um objeto, mas sim constituído por relações sociais que envolvem a disputa de projetos sociais por diferentes frações da burguesia. Por isso a representatividade dentro dos aparelhos institucionais é tão valorizada pelos políticos que representam os interesses das diversas frações da burguesia, bem como pelos próprios sujeitos pertencentes ao bloco no poder.

Dessa forma, concluímos que o Estado no processo de transição foi alvo de disputa entre as frações da burguesia, pois através do comando dos aparelhos do Estado, o grupo dominante poderia ter garantido a implantação do seu projeto social para a condução do país dentro do sistema capitalista. Haja vista que, o modelo econômico pautado no projeto nacional-desenvolvimentismo, implantado durante o período da Ditadura Militar já estava superado e não mais atendia os interesses das frações da classe burguesa. O novo modelo econômico que estava em processo de construção em âmbito mundial era pautado nas práticas neoliberais, com menor intervenção do Estado na economia do país.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FERNANDES, Florestan. **Nova República?**- Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1986.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere. Vol.2** . 4ª Edição Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- KUCINSKI, Bernardo. **O fim da ditadura militar**. São Paulo: Contexto, 2001
- MACIEL, David. **Argamassa da Ordem: da ditadura militar á Nova República (1974 – 1985)**. São Paulo: Xamã , 2004
- MENDONÇA, Sônia Regina. **Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- SADER, Eder. **Quando Novos Personagens entram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980**. Paz e Terra, 1988